



---

## **EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: conceito e análise das propostas de educação inclusiva no Brasil<sup>1</sup>**

Deborah Cristina Ferreira\*

### **RESUMO**

O presente artigo busca a discussão referente às propostas curriculares vigentes no país, com ênfase na proposta de educação inclusiva e suas possibilidades. Para tal, este se fundamenta na leitura de autores renomados da área, como Louis Althusser, César Coll, José. Gimeno Sacristán, Peter Maclaren, Lev Vygotsky, Alexander Luria, Alexei Nikolaievich Leontiev, Marta Sueli de Faria Sforzi e Vitor Henrique Paro, bem como em publicações de órgãos oficiais, como Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial e legislação referente ao tema.

**Palavras-Chave:** Letras. Educação Especial. Currículo. Inclusão. Formação Docente.

### **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo se fundamenta em um trabalho apresentado à disciplina intermediária estudo das diversidades culturais relativas à comunidade acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Letras da União do Ensino Superior de Nova Mutum – UNINOVA, em julho de 2007, sob a orientação da professora Cleonice Aparecida de Moraes. Com este Espera-se provocar a discussão referente ao processo de inclusão de alunos com Necessidades Educativas Especiais – NEEs, na área de deficiência mental, buscando também conceituar e analisar as propostas de educação inclusiva vigentes no país.

### **2 O PAPEL DA ESCOLA NA SOCIEDADE**

---

<sup>1</sup>Artigo elaborado a partir do trabalho apresentado à disciplina Intermediária Estudo das diversidades culturais relativas à comunidade acadêmica do curso de Licenciatura Plena em Letras da União do Ensino Superior de Nova Mutum – UNINOVA, em julho de 2007 Orientação: Professora MSc Cleonice Aparecida de Moraes.

\*Graduada em Licenciatura Plena em Letras – Línguas Portuguesa e Inglesa e suas Literaturas da União do Ensino Superior de Nova Mutum (UNINOVA). cursando a Especialização Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Portuguesa e Inglesa pelo Curso de Letras da UNEMAT / Sinop (2011/2012).

Considerando-se que a escola está inserida em uma sociedade dividida em classes sociais, esta pode vir a ser, o que ocorre em muitas ocasiões, um instrumento da classe economicamente dominante, detentora do poder político, para a reprodução e manutenção da dominação e submissão existentes nas relações sociais que favorecem a continuidade desta classe no poder.

Althusser (1983) situa a escola como Aparelho Ideológico de Estado. Para o autor, a escola é um instrumento da classe economicamente dominante, detentora do poder político, para a reprodução das relações sociais que favorecem a continuidade desta classe no poder, e, conseqüentemente, mantém as relações de dominação e submissão existentes, pois todo o processo educativo escolar está impregnado pela ideologia dominante.

As escolas, no geral, são organizadas de forma hierárquica, assim como a sociedade.

Geralmente, o diretor é a figura central da escola, é aquele que deve dar a palavra final sobre todos os assuntos. Na escola, ele aparece como quem elabora e determina o que os professores, funcionários, alunos e pais devem fazer. Sabemos que isto é muito mais um mito que realidade, pois o diretor também está submetido a uma hierarquia rígida, a qual vem determinada pelos órgãos que gerenciam os sistemas educacionais, em geral as secretarias de educação (PARO, 1997, p. 47).

[...] mesmo com esta ressalva, na escola o diretor aparece como a figura preponderante, aquele que detém o poder. Ora, essa postura tem consequência na formação das crianças e jovens, pois para estes o diretor representa a autoridade máxima da escola, o que vai acostamá-los à hierarquia que vão encontrar na sociedade, principalmente no mundo do trabalho, ao qual, mais cedo ou mais tarde, a maioria dos jovens se submeterá (PARO, 2001, p. 96).

As políticas de descentralização dominantes estimulam a revisão dos conteúdos escolares para adequá-los aos novos conhecimentos científicos e tecnológicos e mantê-los sensíveis aos problemas da sociedade contemporânea. Vinculado a isso, propõe-se também uma renovação metodológica e o fortalecimento das relações da escola com seu meio social imediato.

Mas quando se fala em gestão da escola, esta não se centraliza apenas em uma determinada organização e na racionalização do trabalho escolar para alcançar determinados resultados, ou seja, na produção institucional da escola (PARO, 1997, p. 66).

Refere-se também a uma renovação dos dispositivos de controle que garantam níveis mais altos de governabilidade. Em outras palavras, às relações de poder no interior do sistema educativo e da instituição escolar e ao caráter regulador do Estado e da sociedade no âmbito

educacional. As expectativas oficiais em relação às mudanças da gestão do sistema e da instituição escolar, para o conjunto de estratégias de desenvolvimento e governabilidade social e educacional, evidenciam as relações contidas na gestão escolar.

### **3 COMUNIDADE ESCOLAR, DEMOCRATIZAÇÃO E INCLUSÃO**

Toda a comunidade escolar deve buscar a democratização das relações escolares criando mecanismos e utilizando os já existentes, como o Conselho Deliberativo, que reforcem a participação da comunidade escolar em todo o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a participação de professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis na elaboração das propostas escolares e não somente na sua execução.

Esse processo é importante, pois, de acordo com Paro (1997) aquele que só executa deixa de ser sujeito, e todo ser humano é sujeito por natureza, portanto, ao ser excluído da elaboração, participando somente da execução daquilo que alguém ‘superior’ elaborou e determinou, ele perde sua humanidade.

Esta democratização deve dar-se também na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, em que todos podem discutir suas posições, pontos de vistas e propostas. Mas, para isso, é preciso que a equipe de direção e professores respeitem as opiniões dos alunos. Isso significa aceitar que estes têm muito a dizer e que, se o processo de ensino-aprendizagem busca o conhecimento e este deve realizar-se para os alunos, os interessados diretos devem poder opinar e propor.

A necessidade de garantir a educação para todos é uma antiga e importante exigência de educadores e trabalhadores organizados. Muitas ações governamentais vieram ao encontro dessa reivindicação implementando políticas públicas que possibilitaram o aumento do acesso e do tempo de permanência dos alunos nas escolas públicas.

Porém, para modificar e romper com tal processo é necessário que se garanta efetivamente a educação para todos e não somente a inserção do indivíduo na escola, o que por si, não garante uma mudança. O grande desafio, portanto, está em tornar essa escolaridade significativa para o desenvolvimento intelectual dos alunos.

Conhecimento significativo é aquele que se transforma em instrumento cognitivo do aluno, ampliando o conteúdo e a forma do seu pensamento. Segundo Vygotsky as práticas culturais são constitutivas do psiquismo. O ensino formal faz parte dessa cultura, portanto, também contribui para a formação dos sujeitos.

Com referência a escolarização, Vygotsky (1998, p.115) destaca a formação de conceitos científicos. Segundo ele, “[...] o domínio desses conceitos é tão determinante de rupturas e transformações no homem quanto o domínio da escrita”. O elemento novo possibilitado pelo domínio de conceitos não é a maior quantidade de conteúdos de posse do sujeito, mas em essência, a qualidade que a aprendizagem de generalizações conceituais confere ao pensamento. Vygotsky alerta que “[...] quando fala em ensino, não se refere a qualquer ensino, mas àquele que se ‘adianta ao desenvolvimento’, ao ‘bom ensino’”. Ao expor as diferenças entre aprendizagem e desenvolvimento, destaca: “[...] uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental” (VYGOTSKY, 1998, p 115). Portanto, não basta ao indivíduo frequentar escolas, não lhe basta ter acesso a conceitos científicos para que seus processos internos de desenvolvimento sejam acionados, é necessário o acesso a uma situação de ensino adequada.

Para que tal processo se efetive, os educadores que buscam um ensino que provoque maior impacto sobre o desenvolvimento do aluno, devem efetuar uma análise sistemática da prática de ensinar, pois, a potencialidade dos conceitos científicos na promoção do desenvolvimento, não pode ser considerada uma condição inerente ao ensino. Segundo Renshaw (1992 apud Sforzi, 2004, p 75) “Apropriação é o processo de desenvolvimento, mas somente sob certas condições, a saber, quando envolve o domínio de métodos e formas gerais de atividade mental”.

A garantia de efetivação do processo de aquisição de conhecimentos e conseqüentemente, de crescimento e desenvolvimento pessoal e social do indivíduo relacionado à escola, deve estar ancorada no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino, que partindo da organização de sua Proposta Curricular poderá oferecer subsídios aos educadores.

#### **4 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E CURRÍCULO**

Para falar sobre o currículo escolar, faz-se necessária a pergunta: O que é currículo? A resposta pode variar muito, dependendo da visão de mundo que se tem.

Etimologicamente, o termo ‘currículo’ encontra sua raiz na palavra latina *curriculum*, derivada do verbo *currere*, que significa caminho ou percurso a seguir.

Muitos consideram currículo apenas a grade curricular, ou seja, a divisão em disciplinas e os conteúdos trabalhados por elas, porém este deve contemplar todo o processo

vivido na escola como parte integrante do currículo. Tanner e Tanner (apud GIMENO, 1992, p.179) definem currículo como:

Conjunto de experiências de aprendizagem planejadas, bem como de resultados de aprendizagem previamente definidos, formulando-se umas e outras mediante a reconstrução sistemática da experiência e conhecimento humanos, sob os auspícios da Escola e em ordem ao desenvolvimento permanente do educando nas suas competências pessoais e sociais.

A contribuição de César Coll quanto ao Currículo é muito relevante, sendo este um pesquisador espanhol que baseou seus trabalhos nas teorias de Piaget, Vigotsky, Ausebel e Buner. No Brasil Coll foi consultor do MEC na elaboração dos PCN's para o Ensino Fundamental.

César Coll discute em seu livro **Psicologia e Currículo** (1996), sobre a finalidade da Educação estabelecendo um elo entre Educação e Currículo Escolar. Segundo ele, a elaboração de uma Proposta Curricular deve ser flexível, operacional, concreta e fácil de ser utilizada, em um período plausível de tempo. O projeto curricular formulado deve ser concreto, garantindo continuidade através da estruturação ordenada e coerente de cada disciplina, respeitando as diferenças de cultura locais (ou regionais), bem como os diferentes níveis ou etapas da escolarização considerada obrigatória.

Além disso, o modelo proposto deve ser flexível em relação às exigências epistemológicas dos conteúdos abordados (língua materna e estrangeira, matemática, Ciências, Estudos Sociais, Artes, tecnologia, educação Física, etc.). Lembrando que epistemologia significa: estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das Ciências já construídas, e que visa determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas. A proposta deve ser baseada no modelo aberto de currículo, de modo que tenha flexibilidade suficiente de adaptação em função do acelerado ritmo de transformação dos tempos atuais, bem como se adaptar às características gerais dos alunos em questão.

César Coll (2003), apresenta ainda que além dessas exigências básicas, três aspectos devem ser considerados imprescindíveis: Relacionar o currículo a projetos sociais e culturais dentro do contexto social. Isto equivale dizer que o currículo não deve ser apenas de natureza puramente técnica. O currículo também deve viabilizar a concepção construtivista: como se ensina e como se aprende; e Insistir na atenção à diversidade de capacidades, interesses e motivação dos alunos, dá ênfase ao conceito de Inteligências Múltiplas, que está diretamente relacionado às propostas construtivistas.

Para a Elaboração de um Projeto Curricular devem ser considerados três princípios básicos: Ideológicos; Pedagógicos; e Psicopedagógicos. Portanto, o currículo é o elo entre a

declaração dos princípios e objetivos gerais, bem como uma predeterminação de sua aplicação operacional; a teoria educacional e a realidade do aluno e do meio ambiente que o cerca, o que irá gerar a prática pedagógica observável no dia a dia; o planejamento educativo e a ação pedagógica entre o que se prevê, ou seja, o que é prescrito, e o que realmente acontece em sala de aula.

Os componentes do currículo podem agrupar-se em quatro grupos: O que ensinar; Quando ensinar; Como ensinar; O que, como e quando avaliar. O Projeto Curricular deve igualmente levar em consideração cada um dos estágios de desenvolvimento.

Deve-se levar em conta o que o aluno é capaz de aprender sozinho e o que necessita da ajuda do professor. O ensino deve ser eficaz e ter significado para o aluno. Para Coll (1996) a aprendizagem significativa requer duas condições: o conteúdo deve ser significativo, isto é, ser utilizável pelo aluno, quando necessário; e o aluno deve estar motivado.

È, portanto necessário que se compreenda o aluno como um ser que já traz para a escola conhecimentos adquiridos da sociedade e é a partir desse conhecimento que o professor deve fundamentar suas atividades. Pois, a partir do momento em que só se passa conteúdos insignificantes para o aluno, sem respeitar as suas experiências à aprendizagem, este se tornará um processo mecânico de memorização, desprovido de significado e, portanto, sem o efeito desejado que é, em essência, a aquisição de conhecimentos científicos e o desenvolvimento social, contribuindo assim, para a formação do sujeito.

## **5 ADAPTAÇÃO CURRICULAR**

No processo de redemocratização do Brasil, sobretudo, a partir da metade dos anos 80, as discussões sobre os direitos sociais reivindicavam os direitos de grupos ou categorias de pessoas até então excluídos dos espaços sociais, e neste movimento tomou vulto a luta pela ampliação do acesso e da qualidade na educação das pessoas com deficiência. Na Constituição de 1988, foram aprovados vários dispositivos referentes aos direitos das pessoas com deficiência, tanto na educação como em outras áreas.

Mas foi a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), onde foram recomendadas as diretrizes da Educação Para Todos, que tomaram força as discussões acerca da Escola Inclusiva. Esta proposta foi respaldada na Lei nº 9.394/96 – de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que define como dever do Estado o “[...] atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades especiais é, preferencialmente na rede regular de ensino [...]” (Artigo nº 4, III), norteadas as políticas educacionais desde então,

e oferecendo a base legal para a propagação da Educação Inclusiva, e as ações que se seguiram. Outros importantes documentos legais como a Lei nº 7.853/89, chamada Lei da Integração, e o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), de 1990, reafirmaram o direito à Educação e a noção de integração social. O Decreto nº 3298 de 1999 (que regulamentou a Lei nº 7853/89), prevê a opção pelas escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas ou sociais do aluno ou quando necessário ao bem-estar do educando.

Ressaltando que o conceito de Escola Inclusiva determina uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto político pedagógico, no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educandos, ações que favoreçam a integração social. A escola deve capacitar professores e funcionários.

Organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive, para os educandos com necessidades especiais. Inclusão, portanto, não significa simplesmente matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

A necessidade de se pensar um currículo para a escola inclusiva foi oficializada a partir das medidas desenvolvidas junto à Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Neste documento explicita-se o conceito de adaptações curriculares, consideradas como:

[...] estratégias e critérios de atuação docente, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às maneiras peculiares de aprendizagem dos alunos, considerando que o processo de ensino-aprendizagem pressupõe atender à diversificação de necessidades dos alunos na escola (MEC/SEESP, 2002).

De modo geral, pode-se falar em dois tipos de adaptações curriculares, as chamadas ‘adaptações de acessibilidade ao currículo e as adaptações pedagógicas’. As primeiras se referem à eliminação de barreiras arquitetônicas para que o aluno possa frequentar a escola regular com autonomia, participando das atividades propostas para os demais alunos. Estas incluem as ‘condições físicas, materiais e de comunicação’, como por exemplo, rampas de acesso e banheiros adaptados, apoio de intérpretes de LIBRAS<sup>2</sup> e / ou capacitação do professor e demais colegas, transcrição de textos para Braille e outros recursos pedagógicos adaptados para deficientes visuais, uso de comunicação alternativa com alunos com paralisia cerebral ou dificuldades de expressão oral, etc.

---

<sup>2</sup> Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS

Adaptações curriculares são modificações do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo, ou em partes dele, para atender os alunos com necessidades especiais.

As adaptações curriculares são o caminho para o atendimento às necessidades de aprendizagem dos alunos. Vale ressaltar que, conforme MacLaren (1998), o currículo:

[...] representa muito mais do que um programa de estudos, um texto em sala de aula ou o vocabulário de um curso. Mais do que isso, ele representa a introdução de uma forma particular de vida; ele serve, em parte, para preparar os estudantes para posições dominantes ou subordinadas na sociedade existente. O currículo favorece certas formas de conhecimento sobre outras e afirmam os sonhos, desejos e valores de grupos seletos de estudantes sobre outros grupos, com frequência discriminando certos grupos raciais, de classe ou gênero (MACLAREN, 1998, p. 116).

A inclusão de alunos com necessidades especiais na classe regular implica o desenvolvimento de ações adaptativas, visando à flexibilidade do currículo, para que ele possa ser desenvolvido de maneira efetiva em sala de aula, e atender as necessidades individuais de todos os alunos. De acordo com os PCNs, essas adaptações curriculares realizam-se em três níveis:

Adaptações no nível do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual.

Adaptações relativas ao currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula.

Adaptações individualizadas do currículo, que focalizam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada aluno.

A Educação Inclusiva, sob o ponto de vista curricular, significa que o aluno com necessidades especiais deve fazer parte da classe regular, aprendendo as mesmas coisas que os outros, mesmo que de modos diferentes, cabendo ao professor fazer as adaptações necessárias.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A implementação da Educação Inclusiva não é tarefa fácil, pois o professor terá que garantir o aprendizado de alunos com necessidades educacionais diversas dos demais, no contexto de suas atividades rotineiras e do planejamento para a turma como um todo.

Para que a inclusão escolar seja real o professor da classe regular deve estar sensibilizado e capacitado tanto psicológica quanto intelectualmente para mudar sua forma de ensinar e adaptar o que vai ensinar, para atender às necessidades de todos os alunos, inclusive de alguns que tenham maiores dificuldades.

Os cursos ou programas de formação e capacitação docente ao mesmo tempo em precisam dar condições para que o professor trabalhe com seus alunos, devem proporcionar aprofundamento teórico-metodológico, aprofundamento que, infelizmente a maioria dos professores tanto do ensino regular quanto especial, não tem.

Porém, essa transformação do papel e atividades do professor só pode ser alcançada com o envolvimento dos gestores ou lideranças tanto da própria escola quanto do sistema escolar, pois a verdadeira inclusão só acontece quando há suporte de recursos materiais e humanos. O documento da Secretaria de Educação Especial do MEC, publicado em 1998 inicia-se apresentando os objetivos do Ensino Fundamental. Abaixo se destacam dois desses objetivos relativos aos alunos, e que expressam plenamente o significado da Educação Inclusiva:

Perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente.

Desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania.

Sabe-se, também, que não há aprendizagem se não houver um ensino eficiente. Para que haja um ensino produtivo e eficiente, entretanto, há que se considerar as características e peculiaridades de cada aluno, que devem direcionar as respostas educacionais que o sistema dará a cada um e a todos os alunos. Adaptações Curriculares, portanto, são respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais (MEC/SEESP, 2002).

A construção de uma Escola Inclusiva exige o esforço e a colaboração de todos e, para se atingir o objetivo da igualdade nos resultados da educação é fundamental reconsiderarmos a forma como se olha para as diferenças entre os alunos, o modo como são considerados os objetivos da educação e os processos adotados na organização da escola.

Se o sucesso escolar é reconhecido como possível para todos através de processos eficazes de ensino, a maior tarefa que se apresenta é criar ambientes de aprendizagem que

promovam a igualdade em relação aos resultados obtidos por todos os alunos. O ponto de partida deveria consistir na identificação das práticas que negam um acesso igual ao currículo e reconhecer as práticas que facilitam esse acesso.

## EDUCACIÓN Y CURRÍCULO

### RESUMEN<sup>3</sup>

El presente artículo busca la discusión a respecto de las propuestas curriculares corrientes en Brasil, con destaque en la propuesta de educación inclusiva y sus posibilidades. Para eso, se hizo la lectura de renombrados autores del área, como Louis Althusser, César Coll, José. Gimeno Sacristán, Peter Maclaren, Lev Vygotsky, Alexander Luria, Alexei Nikolaievich Leontiev, Marta Sueli de Faria Sforini, e Vitor Henrique Paro, y en publicaciones oficiales y leyes vigentes en el país.

**Palabras-Clave:** Letras. Educación Especial. Currículo. Inclusión. Formación Docente.

### REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelho Ideológico de Estado (AIE)**. Tradução de Walter Jose Evangelista e Maria Laura Viveiros de castro. Disponível em: <<http://www.ihj.org.br/pdfs/>>

BRASIL. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. ECA.

BRASIL MEC Ministério da Educação, Educação *online*. **Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2007.

BRASIL MEC/SEESP. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva**. Publicações 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>> Acesso em: 17 abr. 2007.

---

<sup>3</sup> Transcrição realizada pela aluna Deborah Cristina Ferreira, do Curso de Especialização em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas Portuguesa e Inglesa e revisão pelo aluno Fernando Hélio Tavares de (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

\_\_\_\_\_:Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade**. 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br>> Acesso em: 17 abr. 2007.

COLL, César. **Psicologia e Currículo**: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Ática, 1996.

GIMENO, J.S. **O Currículo**: uma reflexão sobre a Prática. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

MACLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_: Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **Aprendizagem conceitual e organização do ensino**: contribuições da teoria da atividade. Araraquara: JM Editora, 2004.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora deficiência (CORDE). **Declaração de Salamanca de princípios, política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R., LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução: Maria de Penha Villalobos. 6 ed. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo. 1998.